

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)21 mar 2017 | O Globo | *DANILO FARIELLO* daniло.fariello@bsb.oglobo.com.br

Projeto da União para ajudar estados pode ter mudanças

Relator da proposta diz que ideia é flexibilizar as contrapartidas

-BRASÍLIA- O deputado Pedro Paulo (PMDB-RJ), relator do projeto que cria o programa de recuperação fiscal para os estados, se reuniu ontem com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Segundo o parlamentar, as contrapartidas que os governadores terão que cumprir para receber a ajuda da União podem ser flexibilizadas. Essas mudanças serão incluídas em seu relatório que deve ser apresentado amanhã. Pedro Paulo reconhece, no entanto, que enfrentará dificuldades na Câmara devido ao fato de um projeto similar ter sido aprovado no passado sem contrapartidas previstas para os estados.

— Vamos enfrentar dificuldades porque, de certo modo, está na memória da Câmara o fato de já ter aprovado uma proposta sem qualquer contrapartida. Outra dificuldade é convencer os estados que não estão enfrentando crise como Rio, Rio Grande do Sul e Minas Gerais de que esse projeto é importante. Mas a situação de hoje do Rio pode ser a de outros estados amanhã — disse o relator.

Amanhã, segundo Pedro Paulo, governadores estarão com suas equipes em Brasília para discutir o tema, entre eles Luiz Fernando Pezão, do Rio. O deputado também pleiteia, junto com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, que o presidente Michel Temer sensibilize a base do governo a aprovar o projeto. O deputado explicou que as mudanças seriam feitas no relatório para melhorar a condição dos estados de enfrentarem as dívidas após uma interrupção de pagamentos. Pelo projeto, os débitos com a União poderão ser suspensos por três anos.

Entre as flexibilizações previstas, o deputado destacou que deve incluir no seu relatório a previsão de empresas de novos setores a serem privatizadas, como contrapartida exigida dos estados. O Rio já colocou a Cedae, sua companhia de saneamento, na lista de ativos que serão dados como garantia para a obtenção de empréstimos.

Outra flexibilização seria permitir a renovação de convênios em curso, como, por exemplo, o programa de despoluição da Baía de Guanabara, que tem financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). **RENOVAÇÃO DE CONVÊNIOS** Pedro Paulo disse que o Ministério da Fazenda sugeriu incluir no relatório a autorização para renovar convênios na área de saúde, principalmente novos contratos que venham a produzir uma redução de despesas, o que pelo texto anterior seria vetado.



— Se você conseguir provar que um convênio vai melhorar a gestão e economizar recursos, aí poderia ser aprovada uma contratação com uma organização social — disse Pedro Paulo, que não quis apontar uma previsão sobre quando seu relatório será votado na Câmara dos Deputados.

Impresso e distribuído por NewspaperDirect | www.newspaperdirect.com, EUA/Can: 1.877.980.4040, Intern: 800.6364.6364 | Copyright protegido pelas leis vigentes.

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)